



ESCOLAS COMUNITÁRIAS  
**COMUNIX**

# ESCOLAS COMUNITÁRIAS COMUNIX

**ISBN:** 978-989-8847-05-8

**Autores:** Rita Serra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Giovanni Allegretti, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Alberte Román, Trespés Sociedade Cooperativa Galega  
Chiara Ansaloni, Partecipanza Agraria de Nonantola

**Revisão:** Patrícia Ferreira, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Design:** André Queda

2018

Centro de Estudos Sociais  
Colégio de S. Jerónimo  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal

Esta obra é publicada ao abrigo de uma licença Creative Commons CC BY.



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

TRESPÉS  
SOC. COOP. GALLEGA



Erasmus+

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

Este trabalho contou com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC), no âmbito do Projeto Estratégico com referência UID/SOC/50012/2013.

# ÍNDICE

O COMUNIX agradece	4
Os territórios comunitários na Europa	8
Os territórios comunitários e a participação de jovens	11
As Escolas Comunitárias para jovens	14
Objetivos	14
O formato	14
Públicos-alvo	15
Tipologia de Atividades	17
A Escola Comunitária na Galiza	18
A Escola Comunitária em Portugal	19
Proposta pedagógica das Escolas Comunitárias	21
Observações e principais reflexões das Escolas Comunitárias	27
Possíveis perfis de jovens com interesse nas Escolas Comunitárias	27
Receção do formato e do programa	28
Lições aprendidas para uma Escola Comunitária europeia	31
Perspetivas de futuro	33
Referências	35

---

# O COMUNIX AGRADECE

---

O presente texto resume a experiência das Escolas Comunitárias desenvolvidas no âmbito do projeto “COMUNIX - Participação ativa de jovens na governação de áreas comunitárias”, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e financiado pelo programa Erasmus + Juventude em Ação, que decorreu em 2017<sup>1</sup>.

O projeto resulta duma parceria transnacional entre um centro de investigação em Portugal (CES<sup>2</sup>), uma cooperativa cultural na Galiza (Trespés<sup>3</sup>) e um território comunitário na Itália (Partecipanza Agraria de Nonantola<sup>4</sup>) em conjunto com dois territórios comunitários (os Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Lousã, Portugal<sup>5</sup>, e a Mancomunidade de Montes Veciñais en Man Común de Pontevedra, Galiza<sup>6</sup>). O objetivo principal do COMUNIX foi a criação e implementação de Escolas Comunitárias para jovens de ambos os sexos entre os 18 e os 30 anos, capazes de proporcionar o contacto direto com territórios comunitários e os desafios de governar os recursos em comum.

Agradecemos ao programa Erasmus + Juventude em Ação o apoio financeiro para levar a cabo esta iniciativa, e a disponibilidade da equipa da Agência Nacional para nos ajudar a superar todos os desafios e nos acompanhar até ao final do projeto. Agradecemos, em particular, ao gestor de projetos João Vilaça.

As Escolas Comunitárias são fruto da colaboração com agentes locais, e não seriam possíveis sem o envolvimento de todas as pessoas que nos receberam tão entusiasticamente e connosco compartilharam o seu espaço, tempo, conhecimento e visão de futuro para que os territórios comunitários possam ser territórios de vida. Agradecemos a todas as Partecipanze Agrarie Emiliane (S. Agata Bolognese, S. Giovanni in Persiceto, Cento, Pieve di Cento e Villa Fontana), a Alfredo Pereira (presidente da Organização Galega de Comunidades de Montes Veciñais en Man Común), à Federação Nacional dos Baldios (na figura do seu presidente Armando Carvalho), ao engenheiro Pedro Gomes do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao engenheiro João Gama Amaral e a Avelino Rego, Presidente dos Baldios de Alvadia, o apoio e esforços incansáveis no recrutamento de jovens para as Escolas Comunitárias.

Em Itália, agradecemos a todas as pessoas que colaboraram para o sucesso da conferência e com o projeto numa base voluntária de grande generosidade. Elogiamos também o trabalho de Erika Samsa, que tão bem acompanhou graficamente o primeiro evento público do COMUNIX.

---

1 <http://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/comunix>

2 <http://www.ces.uc.pt>

3 <http://trespes.org>

4 <http://www.partecipanzanonantola.it>

5 <http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt>

6 <http://montespontevedra.org>

Na Galiza, agradecemos a todas as pessoas que nos acompanharam na preparação e implementação da Escola Comunitária, especialmente aos membros da xunta reitora da Mancomunidade de Montes Vizinhos de Pontevedra por terem acreditado no projeto (Iván Pérez, presidente; M<sup>a</sup> de los Angeles Ríos, vice-presidente; José Bravo, secretário; Diana Rodríguez, tesoureira; José M<sup>a</sup> Rodríguez, Xosé Carlos Morgade, Fernando Pintos, Humberto Villanueva e Xosé Lukas Santiago, vogais). Estamos imensamente gratos à diretora da Escola de Capatazes Forestais de Lourizán, Isabel Bernard, que disponibilizou o espaço e fez com que tudo fosse fácil e bem organizado para estarmos à nossa vontade. Não podemos esquecer a colaboração dos professores, Juan, Roberto e Jesús, assim como a ajuda dada pelo pessoal de manutenção e cozinha. O pessoal do Centro de Investigações Florestais ofereceu-nos um passeio pelo arboretum e deu-nos a conhecer alguns dos tesouros e das histórias do Paço de Lourizán.

Durante a Escola, as atividades contaram com a boa disposição das pessoas com quem contactámos para programar visitas e organizar oficinas. Damián Copena e Lara Barros deslocaram-se até Lourizán para partilhar com as e os participantes os seus conhecimentos e ativismo pela realidade comunitária. O pessoal da Hifas da Terra cativou a nossa atenção com as suas explicações e a degustação dos chocolates com cogumelos que nos ofereceram. Jacobo e Carlinhos, da cooperativa Pouso da Terra, guiaram-nos pelos montes do Hio, enquanto pastoreavam o seu rebanho de cabras, e conversaram com as e os participantes sobre o seu projeto, a experiência e o futuro que eles desejam. As boas gentes da Comunidade de Montes de Salcedo, com o seu presidente Fernando Pintos, foram anfitriões magníficos nas visitas interpretativas e na celebração do evento no centro cultural da freguesia, com troca final de cantares tradicionais da Galiza e de Portugal. Agradecemos a José Bravo da Comunidade de Montes do Salgueiral, que nos acompanhou numa jornada no seu monte veciñal, e onde descobrimos o trabalho realizado na custódia do território. Paz Castro ofereceu-nos um impressionante passeio noturno à descoberta dos patrimónios arqueológicos e culturais sob um céu estrelado. Agradecemos aos condutores dos autocarros Rias Baixas, que mostraram compreensão e paciência sempre que uma atividade demorava mais que o previsto. E a Beatriz Collazo, que com o seu bom fazer e paciência, permitiu que tudo corresse bem durante a Escola. A todos e todas, *beizóns*.

Em Portugal, agradecemos a todas as pessoas e organizações envolvidas na preparação e implementação da Escola Comunitária. Os membros do conselho diretivo dos baldios dos lugares da extinta freguesia de Vilarinho, Lousã (Luís Trota, presidente; Aurélio Gonçalves, vice-presidente; Joaquim Seco, tesoureiro; António Marques, secretário; Valdemar Gonçalves, vogal; sem esquecer Abel Carvalho, que recordamos com muita saudade) foram incansáveis na preparação das atividades através de várias reuniões na sua sede, mobilizando todos os recursos ao seu alcance. Agradecemos às suas famílias, que nos apoiaram em todas as peripécias, como dobrar 8000 cartas e as colocar em envelopes! Luís Trota e Joaquim Seco participaram ativa e entusiasticamente nas atividades da Escola, sempre dispostos a partilhar o seu conhecimento. Eugénia Rodrigues, engenheira florestal dos baldios de Vilarinho, foi uma presença constante e não conseguimos imaginar a Escola Comunitária sem os seus contributos sempre construtivos e pertinentes e o seu apoio em todos os momentos. Mostrou disponibilidade integral para elucidar todas as dúvidas sobre os aspetos técnicos e sociais da gestão florestal, e colocou-nos um magnífico desafio prático para que pudéssemos experimentar a complexidade da gestão e recuperação ambiental dos territórios comunitários. Toda a equipa de sapadores e trabalhadores florestais disponibilizou o seu escasso tempo entre o trabalho intenso de prevenção de incêndios florestais no calor do Verão para dar a conhecer as suas ações. Agradecemos ainda o excelente lanche preparado com produtos de caça locais.

Em Vilarinho, Rogério Martins cedeu-nos amavelmente o Clube Recreativo Vilarinhense para todas as nossas atividades. António Marçal (presidente) e Helena Correia (secretária) da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho participaram nas sessões de abertura e de encerramento das Escolas Comunitárias e mostraram toda a sua disponibilidade para o projeto.

Na Lousã, o presidente da Câmara Luís Antunes recebeu-nos calorosamente e ajudou-nos a superar todos os desafios logísticos, cedendo-nos todos os espaços públicos necessários, tais como o auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro. Vítor Maia apresentou com paixão o município, e o vereador Ricardo Fernandes participou com visível satisfação e entusiasmo nas sessões de abertura e de encerramento das Escolas Comunitárias.

Durante a Escola Comunitária, a família Ferreira da Urzemelousã, LDA abriu as portas da sua empresa e da sua casa para nos dar a conhecer todos os detalhes da apicultura, presenteando-nos com mel, e participando em conversas informais com as e os participantes sobre as possibilidades desta atividade para as gerações jovens. Rita Simões, engenheira florestal dos Baldios da Lousã e António Marçal, presidente dos baldios de Alfocheira, compartilharam connosco abertamente a experiência de governar os baldios em cogestão com o Estado. José Augusto Ferreira da Silva, advogado, guiou-nos na complexidade do marco legal para os baldios para explorar possibilidades futuras de desenvolvimento e de economias. O investigador Xavier Viegas e a sua equipa apoiaram o projeto desde o início, e demonstraram-nos no laboratório o comportamento do fogo e o difícil contexto da sua gestão no território, e como o conhecimento do comportamento do fogo é essencial para a preparação dos bombeiros e das populações locais para protegerem as suas vidas. A Escola Nacional de Bombeiros (ENB) e o Grupo de Intervenção e Proteção de Socorro da Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial da Lousã (GIPS – Lousã) demonstraram-nos as suas ações no combate aos incêndios. Agradecemos a Verónica Catarino do Centro de Formação da Lousã e aos formadores Luís Pita e Jody Rato toda a disponibilidade mostrada para responder aos participantes, e a todo o corpo do GIPS – Lousã que nos receberam com profissionalismo exemplar.

6

Agradecemos à eurodeputada Marisa Matias, presidente do Grupo de Trabalho dos Bens Comuns e Copresidente do Intergrupo Bens Comuns e Serviços Públicos, a participação na sessão de encerramento e a partilha informal com os jovens da situação dos bens comuns a nível europeu.

Agradecemos profundamente a colaboração do investigador Raúl García-Barrios do Centro Regional de Investigación Multidisciplinar da Universidade Nacional Autónoma do México (CRIM-UNAM) na Escola Comunitária que compartilhou connosco a sua vasta experiência nos desafios sócio-ambientais e económicos que enfrentam os territórios comunitários em todo o mundo, ajudando-nos a refletir sobre os desafios da cooperação humana.

Agradecemos a dedicação incansável da equipa de doutorandos envolvidos na preparação das Escolas Comunitárias, que conduziram observação participante e nos apoiaram na logística - Izabel Weber, Luísa de Pinho Valle, Paula de Carvalho Bastone, Rita São Marcos e Sérgio Barbosa do Programa Doutoral “Democracia no Século XXI” do CES - e Giulia Iannuzzi, do Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CENSE) da Universidade Nova de Lisboa, que apoiou a participante italiana durante as Escolas Comunitárias facilitando a comunicação e a tradução no dia a dia e em sessões públicas.

A todos os jovens que participaram nas Escolas Comunitárias, não chegamos a descrever as vivências intensas que compartilhamos ao longo de 18 dias. Os laços

ficam. Bruno Pena Calvo, estamos muito gratos pelo apoio e energia para a comunicação do projeto através dos vídeos no Facebook do COMUNIX.

Agradecemos ao CES todo o apoio dado ao longo do projeto, em particular a Irina Castro, Alexandra Cordeiro e Rita Pais do gabinete de gestão de projetos, ao designer André Queda e ao gestor de informação Pedro Dias da Silva.

Ao projeto Participedia ([www.participedia.net](http://www.participedia.net)), e à generosidade do seu diretor executivo e do seu diretor de projeto, Patrick Scully e Mark Warren, agradecemos o financiamento que está a permitir ao COMUNIX prolongar algumas atividades para além da sua conclusão formal.

A todas as pessoas que nos acompanham e apoiam desde o início, com quem partilhamos o dia a dia das Escolas Comunitárias, os resultados e sonhos futuros, a nossa sincera gratidão. Através de vocês o COMUNIX tem hipóteses de continuar e viver novas aventuras!

---

# OS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS NA EUROPA

---

Os territórios comunitários são espaços governados pelos seus habitantes, que assentam em direitos consuetudinários resultantes de práticas agro-silvo-pastoris historicamente essenciais para a existência das populações humanas num dado lugar. Desta forma, os territórios comunitários estão vinculados com formas de vida que constituíram mutuamente os povos e os lugares.

Apesar de serem uma realidade bastante desconhecida pelos cidadãos europeus, existem territórios comunitários em quase todos os países da Europa. Estes territórios - embora a sua história, instituições, usos e formas de governo sejam diversas - compartilham um problema similar: a desvinculação das gerações mais jovens (Serra & Ferreira, 2017). A desvinculação resulta das transformações económicas à escala global que se deram nas últimas décadas, que tornaram insustentável - ou pelos menos insatisfatória - a provisão de muitas populações a partir de recursos locais, e extinguiram grande parte das práticas humanas que permitiam a sua existência nos territórios onde as suas tradições foram constituídas. Se os territórios comunitários não encontram forma de responder a esta ameaça intergeracional, as tradições associadas ao seu governo poderão ser extintas em poucos anos.

O processo de desvinculação das populações afetou muito o funcionamento dos territórios comunitários, resultando em sofrimento social, na perda de sentimento de pertença e numa sensação de deriva. A extinção das práticas sociais que mantinham os territórios causou problemas ambientais devidos ao seu abandono, e abriu espaços para abusos por parte de atores locais e para a usurpação de terras para fins industriais, de turismo ou conservação por agentes externos que incapacitam as populações locais e as excluem dos benefícios.

No entanto, nos casos em que os territórios comunitários beneficiam de reconhecimento legal por parte dos respetivos estados-nação, onde as práticas sociais não foram extintas, ou onde as populações locais conseguiram apropriar-se dos recursos integrando as suas atividades na economia global, existe uma porta aberta para que as populações que vivem no lugar construam e cuidem do território de forma sustentável. Apesar dos territórios comunitários se encontrarem frequentemente abaixo do radar por falta de conhecimento dos estados-nação, as estatísticas oficiais reconhecem na Europa pelo menos 12 milhões de hectares de terras comuns (Eurostat, 2015). Este valor está amplamente subestimado por não incluir as terras florestadas, e por não incluir os territórios onde as populações têm direitos consuetudinários, mesmo quando a sua posse e/ou administração está nas mãos de agentes públicos ou privados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Por esta razão, existem iniciativas em curso para fornecer mapas e informações sobre as terras usadas e possuídas de forma coletiva por comunidades locais e povos indígenas, como a LandMark - Plataforma Global de Terras Indígenas e Comunitárias. Disponível em: <http://www.landmarkmap.org/>

Apesar das dificuldades mencionadas, as iniciativas de populações locais para governar, cuidar e recuperar territórios não são raras, mas são invisibilizadas. Por esta razão, estão em curso diversos projetos e ações que procuram identificar, reconhecer e dar a conhecer à população europeia o esforço de coletivos humanos locais para manter vivas as suas tradições associadas à governação dos recursos locais. Estas ações têm repercussões a diversas escalas, construindo redes entre as comunidades de diversos lugares e ampliando as alianças de pessoas que procuram implicar-se com formas de vida mais sustentáveis. Assim, os territórios comunitários são entendidos não como resquícios do passado, mas como propostas de uma modernidade diferente, onde a construção de laços comunitários e a corresponsabilização entre habitantes para governar os lugares onde vivem recuperam uma forte centralidade.

A Península Ibérica tem sido alvo dum trabalho notável para reconhecer e apoiar as iniciativas de conservação de territórios por parte de populações locais<sup>2</sup>. Na Galiza, os montes veciñais en man común estão entre as iniciativas comunitárias mais reconhecidas. Tratam-se de terras indivisas governadas pelos vizinhos – a comunidade de pessoas que vivem num certo território, que detêm coletivamente os direitos de uso, fruição e administração. As pessoas com direitos de gestão dos montes veciñais recebem o nome de comuneiro ou comuneira. A qualidade de comuneira ou comuneiro cessa assim que a pessoa sai do lugar. Os montes veciñais en man común podem ser multifuncionais, e proporcionar oportunidades para iniciativas económicas particulares (Copena et al., 2016). São governados em comum, e as decisões são tipicamente tomadas em assembleia, de forma democrática ou consensual. Em Portugal também existem terras indivisas governadas pelos moradores locais. Designam-se por baldios, e a comunidade de moradores locais é a comunidade de compartes (Serra et al., 2017).

Em conjunto, os montes veciñais en man común e os baldios ocupam cerca de um milhão de hectares, e as duas formas têm sido alvo de estudos comparados (Lopes & Cristóvão, 2010). Em 2013, foram alvo de um documentário, intitulado *En todas as mans*<sup>3</sup>, produzido pela Cooperativa Cultural Trespés, onde se retrataram diversas iniciativas na Galiza e em Portugal, para governar pastagens em comum, recuperar florestas e património cultural, de forma a produzir benefícios para as populações locais.

Os territórios comunitários têm formas de governo diversas porque resultam de contextos históricos e sócio-ecológicos complexos, de negociações de poder entre os povos dum lugar e os estados-nação, e de respostas das populações humanas às condições geográficas e biodiversidade dos lugares, para conduzir as práticas sociais que lhes permitem satisfazer as suas necessidades (García-Barríos et al., 2013). Na Península Ibérica existem terras governadas em comum com regimes legais distintos dos montes veciñais en man común e dos baldios, como por exemplo os montes de sócios<sup>4</sup>, e no contexto europeu essa diversidade é necessariamente ampliada (Laborda Pemán & De Moor, 2013).

Enquanto os montes veciñais en man común e os baldios estão tipicamente localizados em contextos rurais de serra (e preveem formas de governo que envolvem quem vem morar para determinadas áreas destes territórios), as participanze agrarie, na Itália, têm duas características bastante diferentes. Primeiro, localizam-se principalmente na planície de Emilia Romagna, sendo um exemplo criativo de resposta a múltiplos poderes. Segundo, a sua gestão está ligada com a historia das famílias que beneficiaram destas terras logo depois da sua criação (está mais relacionada com as formas legais do “ius sanguinis” – o

2 <http://www.icomunales.org/>

3 <http://www.entodasasmans.com>

4 <http://www.montesdesocios.es>

direito dado pela pertença a determinadas famílias, do que com as formas legais do “ius soli” – ou seja, os direitos adquiridos pelo facto de viver num determinado território).

Na Idade Média, uma grande parte do território do interior do Vale do Pó estava coberto de bosques, alternados com pântanos e campos cultivados. Os grandes proprietários de terras, leigos ou eclesiásticos, usavam-nas para criar porcos, para caça, pesca, lenha e diversas formas de agricultura. A maioria dessas terras foi sendo gradualmente privatizada, mas algumas, frequentemente as mais marginalizadas que exigiam um longo e difícil trabalho de recuperação, permaneceram nas mãos de comunidades. Nos séculos que se seguiram, essas mesmas comunidades e certos grupos de famílias lutaram para assegurar a posse e uso desses territórios coletivos para os seus descendentes, de modo a evitar que fossem dispersos e usurpados.

Seguindo regras que permaneceram essencialmente inalteradas ao longo do tempo, as terras que compõem são periodicamente divididas, por sorteio, entre os legítimos descendentes masculinos das antigas famílias vinculadas com o território. No caso de Nonantola, a terra é primeiro dividida em vinte e cinco lotes, conhecidos como “cò” no dialeto local, que equivalem a potenciais colheitas semelhantes. Então, os lotes são sorteados entre os cabeça-cò (homens bons). Cada uma das parcelas é então dividida num número igual de frações menores – cada uma chamada “bocca” –, de acordo com o número de indivíduos - homens, mulheres, crianças - que têm direito a elas. Cada participante tem direito a uma bocca (aproximadamente 2000 metros quadrados de terra). Desde a antiguidade, a terra foi sendo dividida a cada nove anos, enquanto hoje é dividida a cada 12 anos. A distribuição faz-se com a aprovação da assembleia geral de participantes, por sorteio, aos chefes de cada uma das famílias (participanti), que por sua vez as dividem entre os seus membros<sup>5</sup>. A Partecipanza Agraria é uma instituição coletiva que goza de todos os direitos legais, sendo reconhecida como uma entidade moral com os seus próprios regulamentos e estatutos que estabelecem as funções dos seus corpos administrativos: a assembleia geral de participantes, o conselho de administração, o conselho executivo, e o presidente.

Apesar das suas diferenças, os territórios comunitários que conseguiram reconhecimento legal por parte dos estados-nação compartilham frequentemente o problema da erosão da comunidade local e a desvinculação das gerações mais jovens do seu governo. A sobrevivência destes territórios, que chegaram até nós como resultado de práticas agro-silvo-pastoris milenares, depende da capacidade de sobreviverem às ameaças externas (Dietz et al., 2003) e de se reinventarem, encontrando novos papéis e formas de satisfazer as necessidades das comunidades.

---

5 Para o caso da Partecipanza Agraria de Nonantola, ver <http://www.partecipanzanonantola.it>

## OS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS E A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS

---

Todos os exemplos de conservação de territórios por parte de comunidades locais resultam de negociações de poder com os estados-nação. A relação entre um indivíduo e a sua comunidade local de pertença é distinta da relação dum indivíduo com o estado-nação e de como participa na tomada de decisões coletivas. Dentro da comunidade, a participação é tipicamente realizada de forma direta pelos membros que a integram. Nos estados-nação, a participação dá-se tipicamente através de mecanismos de representação. Os critérios de inclusão e exclusão que determinam a qualidade de quem é membro e que o habilitam a participar nas decisões coletivas da comunidade local (participação comunitária) e do estado-nação (participação cidadã) também podem diferir, em particular no que diz respeito ao género. No entanto, tal como a sociedade civil, as comunidades locais com tradições vivas podem alterar as suas regras para responder a problemas internos de exclusão.

A relação entre a governação comunitária e a governação do estado-nação pode ser conflituosa ou complementar. Pode ser conflituosa sempre que o estado-nação procura a nacionalização das terras comuns ou da sua administração, erodindo a capacidade de governança autónoma e o sentimento de pertença das comunidades locais, e/ou facilitando a concessão a empresas e indústrias cujo principal propósito é a obtenção de lucro. No entanto, pode ser complementar, no caso de formas de democracia participativa que procuram reforçar a participação das comunidades locais na tomada de decisões. Em geral, poderíamos dizer que a participação comunitária pretende operar no sentido contrário ao da dupla delegação da cidadania (Callon et al., 2009), onde o cidadão/ã delega a governação nos tomadores de decisões e a produção de conhecimento nos peritos. De facto, a participação comunitária, apesar de se dar no quadro das normas e regras dos estados-nação, abre a porta à participação direta e à valorização do conhecimento local e com base na experiência, que pode ser complementado com recurso a profissionais situados conhecedores do propósito e funcionamento das terras comuns.

A participação dos jovens na governação dos territórios comunitários requer o desenvolvimento das suas capacidades e conhecimentos no seio da sua comunidade. O processo de educação comunitária é simultaneamente um processo de inclusão, de desenvolvimento de um sentimento de pertença e uma disposição para a participação. No entanto, em muitas comunidades este processo de inclusão encontra-se interrompido devido a fatores que resultam na desvinculação dos jovens da governança comunitária (Serra et al., 2016). A razão para esta desvinculação é a incapacidade de os territórios comunitários satisfazerem as necessidades dos jovens localmente, o que incentiva a sua migração e integração numa cultura urbana e global do qual são reflexas as gerações Y e Z. Esta cultura, apesar de desenvolver uma ética exigente no que diz respeito aos valores liberais e à proteção do ambiente aliada a fortes competências digitais, tem dificuldades em desenvolver as disposições e capacidades essenciais à ação coletiva no que diz respeito à governação dos territórios comunitários, pela ausência de necessidades conjuntas e de práticas sociais inclusivas (Serra, 2018).

A migração de jovens afeta de forma dramática a sustentabilidade social dos territórios comunitários, interrompendo a comunicação e aprendizagem intergeracional. Muitos territórios comunitários, tendo em conta a sua origem agro-silvo-pastoril, estão

localizados em áreas rurais despovoadas e fortemente envelhecidas. A título de exemplo, podem ver-se os mapas com a densidade populacional e com o índice de envelhecimento de Portugal sobreposto à localização dos baldios na figura 1.

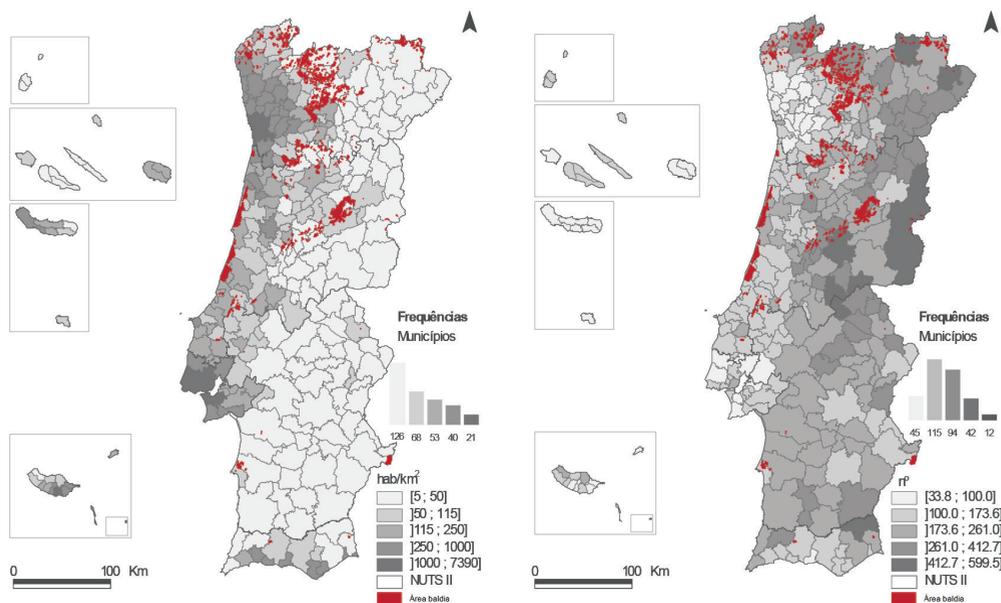


Figura 1. Mapas de Portugal com a densidade populacional (esquerda) e o índice de envelhecimento (direita) sobreposto com o mapa dos baldios. Dados: Censos de 2011 (Resultados provisórios) do Instituto Nacional de Estatística (INE) e mapa da distribuição dos baldios em Portugal continental da Federação Nacional dos Baldios (BALADI).

Os jovens que permanecem nas áreas rurais sofrem com a marginalização destes territórios perante as cidades, que são sempre construídas como lugares de recursos e possibilidades ilimitadas, em que o sucesso depende apenas das suas capacidades para as aproveitar (García-Barrios & Serra, no prelo). Por contraste, os territórios rurais são construídos como lugares que oferecem oportunidades limitadas para os jovens florescerem, muitas vezes condenando-os a um baixo estatuto socioeconómico (McGrath, 2001). A diferença de expectativas provoca stress, insegurança e desalento entre as pessoas que experimentam um baixo estatuto socioeconómico (Graham, 2017), que permanece mesmo quando as necessidades materiais se encontram satisfeitas (Sapolski, 2017). No entanto, a crise económica de 2008 e os subsequentes programas de austeridade nos países do sul da Europa colocaram mais jovens em dificuldades, levaram a uma quebra de confiança no mercado e no estado como agentes capazes de satisfazer todas as necessidades humanas, e motivaram a procura de formas de vida e economias alternativas capazes de enfrentar a crise, baseadas na ajuda mútua, na solidariedade e nos comuns.

A crise das cidades estende-se para além da crise económica. Para muitas pessoas, a vida em ambientes urbanos torna-se insuportável e insustentável, e procuram diversas formas de escapar a rotinas de trabalho que ultrapassam as 8 horas diárias, longos períodos de viagem até casa, e sem relação de pertença com o lugar onde vivem. A desilusão ou insatisfação com o modo de vida urbano pode motivar muitos jovens a regressarem aos territórios rurais, especialmente quando dispõem de estruturas familiares que permitem o seu retorno, com acesso a terra e a meios produtivos. Motiva também a migração de vá-

rios jovens urbanos para espaços rurais com os quais não têm relação prévia, como o caso dos neorrurais de diversos movimentos sociais ambientalistas, que procuram territórios onde possam florescer de forma distinta, através de outras relações com as comunidades humanas e a natureza (Dinis & Malta, 2003).

Em muitos casos, os jovens que migram das cidades para os territórios rurais, além de soluções económicas, procuram também uma reinvenção cultural (Duxbury, et al., 2011). Assim, trazem consigo recursos dos quais os jovens que permaneceram no lugar podem ter sido privados, como o acesso à educação superior e a consciência crítica sobre a produção de expectativas irrealistas dum modelo civilizacional em crise profunda. A reinvenção cultural procura reposicionar estes territórios para novos papéis sociais, através da diversificação de economias, manutenção de práticas comunitárias e de biodiversidade, aliadas a uma melhor qualidade de vida e a outras formas de ser.

Por tudo o que foi dito anteriormente, os encontros e desencontros dos jovens com os territórios comunitários têm de ser entendidos à luz do ciclo de expectativas geradas pelo modelo dominante de desenvolvimento: ilusão, desilusão e desejo e capacidade de reinvenção. A possibilidade dos territórios rurais e comunitários satisfazerem as necessidades humanas desta população heterogénea de pessoas excluídas e/ou descontentes, tais como subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade (Max-Neef et al., 2010) é um gigantesco desafio que implica processos de recuperação radicativos, mutuamente constitutivos das pessoas e do lugar onde vivem, contribuindo para a formação de bens internos de práticas sociais, narrativas e tradições locais (García-Barrios et al., 2013). Este processo radicativo é duma complexidade indomável (Taylor, 2010) e requer múltiplos pontos de ancoragem para que as pessoas se possam vincular. Simultaneamente, muitos dos processos de radicação têm lugar no contexto do modelo de desenvolvimento dominante, que procura incessantemente erradicar recursos dos territórios, extraindo-os e alienando-os do seu contexto reprodutivo com o propósito de os incorporar em processos de consumo da economia globalizada (García-Barrios et al., op cit).

---

# AS ESCOLAS COMUNITÁRIAS PARA JOVENS

---

## OBJETIVOS

---

O objetivo principal das Escolas Comunitárias consiste em dar a conhecer a realidade da governação dos territórios comunitários da Europa na sociedade, especialmente entre os jovens. No caso do projeto que originou o presente texto, usamos como ponto de partida os territórios comunitários da Galiza, Portugal e Itália.

Em termo de objetivos específicos, as Escolas Comunitárias pretendem valorizar o património cultural e ambiental dos territórios comunitários, fortalecer as áreas rurais através da governação comunitária e reforçar os modelos participativos e de democracia direta.

14

## O FORMATO

---

As Escolas Comunitárias têm inspiração nas Escolas de Verão desenvolvidas por universidades sobre temas específicos para o público em geral, que decorrem tipicamente durante as férias de Verão. Configuram um espaço de aprendizagem entre a educação e as férias, através da incorporação de excursões e visitas interpretativas no programa. Decorrem num ambiente internacional e possibilitam a imersão cultural e linguística.

Recorrendo à ferramenta de mobilidade combinada do Erasmus +, foi possível organizar duas Escolas Comunitárias, uma na Galiza e outra em Portugal, que possibilitaram aos jovens participantes o contato com experiências comunitárias e a imersão na língua e cultura dos lugares. As Escolas Comunitárias decorreram de forma consecutiva, com a duração de uma semana na Galiza e outra semana em Portugal seguidas de um seminário final.

Considerando a proximidade linguística e cultural entre a Galiza e Portugal, procurou-se um número aproximadamente igual de participantes dos dois territórios. Incluiu-se também uma participante da Itália, que pela diferença cultural funcionou simultaneamente como observadora.

No total, as Escolas Comunitárias tiveram 17 participantes entre os 18 e os 28 anos. Procurou-se recrutar um número aproximado de rapazes e raparigas. Todos os jovens se encontravam fora das suas casas, e foram alojados conjuntamente em residências durante a realização das Escolas Comunitárias.

Todas e todos os participantes falavam português, galego e/ou castelhano. Na Galiza a Escola decorreu em galego, e em Portugal decorreu em português. As e os participantes foram incentivados a expressarem-se nas suas línguas de origem. A participante italiana foi acompanhada por uma tradutora italiana voluntária durante toda a Escola, e que sempre que necessário facilitou a comunicação com os restantes participantes e com o público durante seminários abertos.

As Escolas Comunitárias decorreram sem custos monetários para as pessoas que participaram.

## PÚBLICOS-ALVO

---

As Escolas Comunitárias destinaram-se a jovens de ambos os sexos entre os 18 e os 30 anos, interessados em ter uma participação ativa na governação de territórios comunitários, e comunicar as aprendizagens das Escolas para outras pessoas residentes em áreas de gestão comunitária. Na seleção, foi dada preferência a jovens detentores ou passíveis de adquirir direitos de uso, fruição e administração de montes veciñais em man común (comuneiros e comuneiras), baldios (compartes) e Partecipanze Agrarie (partecipanti). A razão para esta preferência foi que estes jovens, uma vez considerados membros das comunidades que integram, estão legalmente habilitados a participar de forma direta na governação dos territórios comunitários.

A definição de públicos-alvo na Galiza, em Portugal e em Itália foi distinta, tendo em conta o contexto dos territórios comunitários. Na Galiza, o contexto nacional facilita processos de identificação com a língua, cultura e instituições galegas, dos quais os montes veciñais em man común são um exemplo. Como tal, deu-se preferência a jovens falantes de galego, e limitou-se a participação a jovens entre os 18 e os 25 anos, tendo em conta que acima desta idade, muitos jovens já participam diretamente na administração de territórios comunitários. Comparativamente, os baldios em Portugal sofrem mais de processos de abandono e desvinculação social, e apesar do conceito de comparte ser mais inclusivo que o de comuneiro e comuneira (Tabela 1), culmina no desconhecimento do estatuto de comparte e dos seus direitos de uso, fruição e administração. No entanto, a lei dos baldios protege estes direitos, abrindo portas para a recuperação das terras por parte das comunidades de compartes, uma vez que estas se organizem e reclamem a sua governação perante o estado-nação. O caso das chamadas partecipanze agrarie é semelhante ao de Portugal no que diz respeito à desvinculação social, com a diferença de que elas, uma vez extintas, não podem voltar a ser reclamadas pelos partecipanti.

O recrutamento de jovens teve lugar principalmente através das redes sociais, em colaboração com a rede de contatos das organizações parceiras e com o apoio das organizações e federações de territórios comunitários da Galiza, Portugal e de Itália. No caso de Portugal e de Itália, o recrutamento foi adicionalmente realizado por carta, para todos os baldios do município da Lousã onde se realizou a Escola Comunitária e para todos os partecipanti das partecipanze agrarie.

Tabela 1. Critérios para a admissão de novos membros e jovens dos baldios, montes veciñais en man común (MVMC) e Participanza Agraria de Nonantola (PAN).

	BALDIOS	MVMC	PAN
DESIGNAÇÃO LEGAL DOS TITULARES DA PROPRIEDADE COMUNITÁRIA	<p>Compartes<sup>1</sup></p> <p>O universo dos compartes é integrado por cidadãos com residência na área onde se situam os correspondentes imoveis, no respeito pelos usos e costumes reconhecidos pelas comunidades locais, podendo também ser atribuída pela assembleia de compartes essa qualidade a cidadão não residente.</p>	<p>Comuneiros/ Comuneiras<sup>2</sup></p> <p>O usufruto do monte veciñal corresponde, sem consignação de quotas, ao conjunto da vizinhança com casa aberta e residência habitual nas entidades de povoação às que tradicionalmente estivesse adscrito o seu aproveitamento.</p>	<p>Participanti<sup>3</sup></p> <p>É necessário serem descendentes das antigas famílias e residirem no município. Atualmente os descendentes dos residentes originais de Nonantola encontram-se reconhecidos por 22 apelidos (Zoboli, Piccinini, Vaccari, Serafini, Magnoni, Bevini, etc.).</p>
CRITÉRIO PARA A ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS	<p>Decisão do conselho diretivo e da assembleia de compartes</p>	<p>Por lei, cada comunidade de Montes pode definir as condições de admissão de novos comuneiros e comuneiras. Por norma, a solicitação é apresentada à assembleia por parte da pessoa residente na freguesia ou aldeia a que está adscrito o monte veciñal. Se é aceite, adquire a condição de comuneiro ou comuneira.</p>	<p>O direito aos bens e recursos é concedido a todos os Participanti nascidos até 31 de Dezembro do ano prévio ao que é esperado o “riparto” (repartição de terras que ocorre a cada 12 anos) e que residem em Nonantola.</p>
CRITÉRIO PARA A ADMISSÃO DE JOVENS	<p>Residência, pessoas singulares, detentoras a qualquer título de áreas agrícolas ou florestais e que nelas desenvolvam atividade agrícola, florestal ou pastoril, ou tendo em consideração as suas ligações sociais e de origem à comunidade local, os usos e costumes locais.</p>	<p>Não existe uma regulação específica. A lei determina uma pessoa em representação por cada casa aberta. Normalmente é a pessoa mais idosa, pai ou mãe que adquire o estatuto de comuneiro ou comuneira. Por vezes, é um jovem que assume a representação da família.</p>	<p>Todos os Participanti, homens e mulheres, descendentes das antigas famílias, com mais de 18 anos, são capazes de votar e de serem eleitos</p>

1 Lei dos Baldios 75/2017 <https://dre.pt/application/conteudo/108010871>

2 Lei de Montes Veciñais en Man Común 13/1989 [http://mediorural.xunta.gal/fileadmin/arquivos/normas/lei\\_13\\_1989.html](http://mediorural.xunta.gal/fileadmin/arquivos/normas/lei_13_1989.html)

3 Regulamentos e estatutos <http://www.partecipanzanonantola.it/ita/categorie.php?idcat=19>

## TIPOLOGIA DE ATIVIDADES

---

As Escolas Comunitárias procuraram tornar visível o potencial económico, social e ambiental dos territórios comunitários<sup>4</sup>. O contato com experiências reais e troca de conhecimentos fez-se através da seguinte tipologia de atividades:

- Apresentações das e dos participantes;
- Visitas interpretativas;
- Tertúlias com membros da comunidade e peritos baseados em conhecimentos técnicos e na experiência;
- Palestras por investigadores convidados relacionadas com a multifuncionalidade dos territórios, processos históricos e as suas instituições de governação;
- Visualização de filmes e documentários relacionados com territórios comunitários;
- Jogos sobre dilemas dos comuns;
- Seminários abertos.

O propósito das apresentações das e dos participantes foi i) ter conhecimento da relação dos jovens com os territórios comunitários; ii) motivar os jovens a saber mais sobre os seus próprios lugares de origem, para os apresentar aos demais.

O propósito das visitas interpretativas e das tertúlias com membros da comunidade e peritos foi o de proporcionar às e aos participantes o contato direto com quem está a levar a cabo iniciativas relacionadas com as economias, conservação e governação dos territórios comunitários. Tendo em conta a visão dos territórios comunitários como geradores de conhecimento, entendem-se como peritos tanto os profissionais que trabalham diariamente com as comunidades locais como os membros das comunidades com conhecimentos baseados na experiência.

As palestras por investigadores convidados tiveram o propósito de contextualizar historicamente os territórios comunitários, as suas formas de governo, as oportunidades e desafios que enfrentam.

A visualização de filmes e documentários relacionados com territórios comunitários permitiu o contato com o contexto histórico destes territórios, revelando a realidade de outros tempos e também de outros lugares.

Os jogos sobre dilemas dos comuns foram de dois tipos, com propósitos distintos: i) jogos baseados na teoria económica de jogos, para que as e os participantes pudessem experimentar os dilemas da cooperação humana; ii) dilemas técnicos baseados em casos enfrentados pelas comunidades reais, para que as e os participantes pudessem contribuir com a sua criatividade para a resolução de desafios dos territórios comunitários que visitaram.

Os seminários abertos tiveram como propósito proporcionar encontros entre os membros da comunidade local e as e os participantes das Escolas Comunitárias.

Todas as atividades incluíam espaços de debate e formulação de perguntas, e foram

---

<sup>4</sup> A implementação detalhada das Escolas Comunitárias encontra-se descrita no relatório final e anexos do projeto COMUNIX, e encontra-se documentada em vídeos diários em <https://www.facebook.com/comunixjovens/>

também acompanhadas por uma roda de conversa diária com duração entre 60 a 90 minutos, onde as e os participantes puderam refletir conjuntamente sobre a experiência que viveram e as suas oportunidades e contradições. Os conteúdos trabalhados nas atividades foram resumidos num vídeo breve que as e os próprios participantes realizavam no final do dia, onde recolhiam as ideias centrais de acordo com a sua própria perspetiva, que tornavam público na pagina Facebook do COMUNIX<sup>5</sup>.

## A ESCOLA COMUNITÁRIA NA GALIZA

---

A proposta da Escola Comunitária desenvolvida na Galiza organizou-se para que as e os participantes tivessem contato direto com a realidade dos territórios comunitários nos arredores da cidade de Pontevedra. Os montes veciñais en man común do município estão – de facto – integrados na Mancomunidade, assim conformando uma realidade múltipla com experiências diversas e complexas relações inter-escalares, as quais constituem um espaço rico e articulado para a aprendizagem.

A estrutura da Escola construiu-se sobre três eixos que procuraram tornar visível o valor económico, social e ambiental das áreas comunitárias. O contacto com a realidade fez-se com a participação de agentes diretamente envolvidos na gestão de áreas comunitárias, jovens que usufruem dos recursos destas áreas com projetos de emprego direto através do gado, assim como através de oficinas com especialistas em temáticas como diversificação de aproveitamentos, instituições e processos históricos, e projeções de filmes relacionados.

No início, foram as e os participantes a narrarem a sua relação pessoal com as áreas comunitárias, o que permitiu conhecer os diferentes vínculos e conhecimentos que tinham sobre os territórios, assim como os aspetos desconhecidos ou subvalorizados.

O eixo económico iniciou-se com uma oficina sobre a multifuncionalidade do monte, que se baseia numa diversificação dos aproveitamentos, tratando de escapar ao ciclo das madeiras de crescimento curto. Este modelo configura uma nova perspetiva económica para os territórios comunitários e pode gerar empregos, contribuindo para fixar a população nos territórios rurais. Neste eixo integrou-se a visita à “Hifas da Terra”, uma empresa que oferece, entre outros produtos, árvores autóctones micorrizadas, (uma potencialidade produtiva inovadora para as áreas comunitárias) e combina a produção de madeira com outros produtos como os cogumelos. Foi também organizada uma visita à cooperativa “Pouso da Serra”, que cria cabras de raça galega na freguesia do Hio, formada por vários jovens. Salientou-se o facto de o projeto só ser possível pela existência de terras comunitárias na freguesia, e de configurar um duplo benefício, gerando empregos locais e reduzindo o risco de incêndios através do pastoreio. Durante a visita à cooperativa, as pessoas integrantes da cooperativa conversaram com as e os participantes sobre o meio rural e o problema do emprego para jovens.

No eixo ambiental da Escola Comunitária na Galiza, identificaram-se as espécies vegetais invasoras (como acácias e eucaliptos) como um dos principais desafios que as áreas comunitárias têm que enfrentar para reestabelecer o equilíbrio ambiental e a biodiversidade nos seus territórios. Dentro da Mancomunidade de Pontevedra, a Escola Comuni-

---

<sup>5</sup> Os vídeos com o resumo das atividades diárias podem ser vistos no Facebook do COMUNIX (<https://www.facebook.com/comunixjovens/>).

tária proporcionou a visita à Comunidade de Montes de Salcedo, onde - acompanhados por membros da comunidade – as participantes e os participantes puderam conhecer um projeto inovador de erradicação das espécies invasoras com o propósito de conseguir o desenvolvimento de árvores autóctones. Na visita ao monte veciñal do Salgueiral destacou-se a importância da “Custódia do Território”, e a responsabilidade das populações na preservação dos valores naturais das suas terras comunitárias, como forma de criar novos vínculos com os territórios comunitários através de formas de gestão partilhada.

No âmbito do eixo social, a Escola Comunitária abordou dois aspetos centrais: (1) a importância histórica das instituições comunitárias e os valores que representam, e (2) a democracia com participação direta. Assim, desenvolveu-se uma oficina para dar a conhecer a evolução histórica da realidade dos montes veciñais em man común e baldios, e as suas diferentes formas de gestão, estruturas e dinâmicas. Foi também abordado o valor das memórias e a presença de patrimónios culturais nas áreas comunitárias, através de uma visita ao projeto de património arqueológico “Sete Caminhos” que tem implementado trilhos interpretativos e painéis informativos de identificação dos elementos patrimoniais existentes.

Este eixo também incluiu a projeção do documentário “En todas as mans”, que oferece um olhar sobre os territórios comunitários através das vozes de diferentes agentes relacionados com a realidade dos montes veciñais em man común e baldios. A projeção do filme foi seguida duma conversa entre as e os participantes.

Em cada atividade houve um espaço para o debate e a troca de ideias entre as pessoas participantes, que continuou durante os tempos de convívio, como jantares, viagens de autocarro e tempo de lazer.

Por último, na Escola da Galiza foi organizado um convívio com representantes das Comunidades de Montes Veciñais e publico em geral, onde as e os participantes da Escola realizaram duas apresentações sobre como fazer a juventude participar ativamente na governação dos territórios comunitários, e como estes podem ser geradores de benefícios económicos, sociais e ambientais. Este encontro permitiu uma troca de ideias frutífera entre as e os participantes e responsáveis de Comunidades de Montes.

## A ESCOLA COMUNITÁRIA EM PORTUGAL

---

Em Portugal, a equipa organizadora procurou complementar a abordagem seguida na Galiza, focando a Escola Comunitária no caso da Comunidade de Compartes dos Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, no concelho da Lousã, que gere a sua floresta comunitária de forma autónoma sem intervenção direta dos serviços florestais do estado desde 2012. O propósito desta escolha foi aprofundar a complexidade da governação nos eixos previamente definidos.

O contexto geográfico da Lousã foi apresentado por um técnico do município da Lousã durante a receção formal dos participantes, explicando o foco do município no turismo de montanha (incluindo um eixo ligado à inclusão social e ao turismo sustentável para todos e todas, que direcionou investimentos em equipamentos e serviços para portadores de deficiências físicas e visuais). A equipa dos baldios de Vilarinho, que ofereceu uma receção de boas vindas aos participantes, providenciou uma visita à sua sede e instalações, apresentando os trabalhadores e a engenheira florestal, bem como os equipamentos ne-

cessários para conduzir as atividades de gestão florestal e silvicultura preventiva, cruciais para a prevenção e defesa da floresta contra incêndios.

No eixo ambiental, levou-se a cabo uma visita interpretativa aos baldios de Vilarinho acompanhada pela engenheira florestal, durante a qual os participantes puderam ter o contato direto com as consequências dos diferentes estilos de gestão florestal ao longo dos períodos históricos do Estado Novo e da restituição democrática à comunidade local, através do regime de cogestão com os serviços florestais. Os principais problemas apontados foram a dispersão massiva de espécies invasoras, em particular as acácias, e a necessidade de prevenção de incêndios florestais. Simultaneamente, as e os jovens puderam observar os valores naturais e o potencial económico dos recursos das terras comuns, em termos do parque eólico, turismo de montanha e a produção de bens lenhosos e não lenhosos (pinhas, castanhas, medronhos, caça, espécies silvestres, entre outros).

No eixo económico, os membros do conselho diretivo dos Baldios de Vilarinho detalharam aos participantes as diversas experiências de economias locais nas quais estão envolvidos, além de explicar como têm conseguido manter nove postos de trabalho. Também foi dedicado tempo a explicar como os baldios se relacionam com a economia social e solidária, por exemplo apoiando financeiramente instituições locais de solidariedade social para atender às necessidades de pessoas idosas e vulneráveis, suportando a junta de freguesia na realização de obras locais, e provendo lenha às escolas para aquecimento durante o inverno. Este eixo foi complementado com a visita a uma empresa familiar de apicultura que tem colmeias nos baldios, a Urzemelousã LDA. A família forneceu aos participantes uma explicação detalhada dos diversos produtos apícolas (tais como mel, pólen e própolis) e da importância da diversidade de árvores e flora para a produção de mel, que resulta em mel com qualidades organolépticas distintas (como o mel de urze, mel multifloral, mel de castanheiro, de medronheiro e de eucalipto). Também houve explicação dos serviços ecossistémicos gerados pela atividade apícola, entre os quais a polinização. Simultaneamente, a família de apicultores discutiu com os e as participantes da Escola das consequências dos distúrbios ecológicos para as abelhas, em particular os efeitos negativos dos incêndios florestais e das espécies invasoras como a vespa-asiática (*Vespa velutina*). Os produtores da Urzemelousã LDA também mencionaram como usufruem das terras comuns à luz do regulamento de uso e fruição dos baldios estabelecido pela assembleia de compartes, e de que forma participam na governação das terras comunitárias. Após a visita à empresa, a conversa continuou de forma informal em convívio com os participantes, enfrentando temas como as oportunidades e desafios da apicultura para as e os jovens habitantes de zonas rurais.

No eixo social, a Escola aprofundou a análise da complexidade da governação dos territórios comunitários. As dificuldades da ação coletiva para reclamar e governar as terras comuns foram exploradas através de jogos de simulação sobre a cooperação humana e os dilemas dos comuns, que foram discutidos à luz de experiências e casos reais.

O tema da complexidade da governação foi explorado através da interceção das atividades económicas com a estrutura de governação interna dos baldios e o processo de tomada de decisão coletiva, numa tertúlia com os membros do conselho diretivo, e num seminário aberto com um advogado perito em baldios, que elucidou os participantes sobre o marco legal para as atividades económicas dos baldios.

A relação das comunidades de compartes com o Estado foi também problematizada através de tertúlias com representantes de baldios no município da Lousã que estão em regime de cogestão com o Estado (baldios da Lousã e baldios de Alfocheira).

Os três eixos intercetaram-se durante o desafio apresentado pela engenheira florestal:

imaginar a recuperação duma parcela de baldio degradada pelos incêndios e espécies invasoras. O conhecimento técnico sobre o solo e sobre as diferentes espécies florestais foi crítico para imaginar possibilidades de recuperação ambiental através da reflorestação, aliada ao processo de tomada de decisão participativa. Os eixos também se intercetaram na complexidade da gestão de fogos florestais, tema da maior importância para os compartes e para a população em geral.

As e os jovens puderam assistir a demonstrações de três organizações para prevenir, responder e investigar os incêndios florestais, salientando a sua ação concertada: o Laboratório de Estudos sobre Incêndios Florestais (LEIF), a Escola Nacional de Bombeiros (ENB) e o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana (GIPS) da Lousã. Na visita ao LEIF, os participantes puderam observar no laboratório os aspetos chave que influenciam a progressão do fogo e a importância deste conhecimento para preparar os bombeiros e as populações locais para se protegerem. Os GIPS demonstraram as técnicas de primeira intervenção em incêndios nascentes, e a ENB detalhou o plano de formação dos bombeiros. Durante a roda de conversa, estas atividades foram relacionadas com o trabalho dos compartes e das equipas de sapadores que se encontram de serviço.

Foram proporcionados momentos de convívio com o conselho diretivo e os trabalhadores dos Baldios de Vilarinho durante as visitas interpretativas e os seminários, seguidos dum lanche preparado com produtos locais de caça e um jantar preparado pelos participantes galegos em Vilarinho. De facto (assim como na Escola Comunitária na Galiza), as questões relacionadas com a cozinha típica local serviram de ancoragem central para vários debates sobre a cultura e as potencialidades económicas dos lugares visitados, mas também como elemento aglutinador informar entre alunos e alunas.

Durante a Escola Comunitária na Lousã, exibiu-se o filme “O fim do mundo – a Terra”, realizado por João Mário Grilo, relacionado com o despovoamento das aldeias de Xisto, para que as e os jovens pudessem contactar com os modos de vida das populações serranas, a extinção de práticas sociais e o aparecimento de estilos de vida neorrurais que procuram modos de vida mais sustentáveis.

As Escolas Comunitárias terminaram com um seminário final em Vilarinho, que contou com a participação de diversos agentes locais, de representantes de baldios e de uma eurodeputada do Parlamento Europeu envolvida em grupos de trabalho relacionados com bens comuns.

## PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

Tendo em conta a experiência das Escolas Comunitárias nos dois territórios distintos, na Galiza e em Portugal, apresentamos aqui uma proposta pedagógica, que pretende ser adaptável ao contexto de cada território comunitário, tendo em conta a diversidade de recursos (tais como florestas, água, pastagens ou terras agrárias), de formas de utilização e de governação, de problemáticas e desafios locais.

Merece salientar que foi imaginado que as atividades das Escolas Comunitárias devam ser desenvolvidas em colaboração com agentes locais, privilegiando os representantes e profissionais dos territórios comunitários onde as Escolas Comunitárias devem ter

lugar, em parceria com diversas instituições como - por exemplo - universidades e centros de investigação especializados.

A proposta pedagógica assenta em sete sessões centradas em duas temáticas:

- Território e Recursos;
- Instituições e Governação.

Na temática Recursos/Território, a aprendizagem deve ser orientada para a gestão dos recursos, de um ponto de vista económico, social e ambiental. Assim, considera-se importante visibilizar as potencialidades de geração de empregos sustentáveis.

Na temática Instituições/Governação considera-se fundamental desenvolver a aprendizagem das formas de governação interna e das estratégias para envolver a população local, promovendo a cidadania ativa através de novos vínculos com o território.

Todas as sessões diárias devem ser seguidas de uma roda de conversa com duração de 60 a 90 minutos, para as e os participantes apresentarem as suas dúvidas, debaterem e aprofundarem os conteúdos do dia com os organizadores. Durante a roda de conversa podem ser partilhadas informações recolhidas em conversas pontuais durante o dia pelas e pelos participantes. Esta partilha é necessária sobretudo nos dias das visitas de campo, porque muitas vezes ao longo do caminho têm lugar conversas informais com guias e membros da comunidade local que não são imediatamente sociabilizadas com o grupo.

22

Detalhamos aqui os conteúdos básicos das sete sessões que foram testadas nas Escolas Comunitárias e se imaginam úteis para futuras experiências:

## **Sessão 1. Que sabemos sobre os territórios comunitários?**

### *Introdução*

A primeira sessão representa o ponto de partida para a Escola Comunitária, e pretende averiguar quais as conceções, conhecimentos e experiências que os participantes trazem sobre os territórios comunitários, e quais são as suas ideias sobre a governação de recursos em comum. Ela serve também a realçar os vazios de conhecimento a colmatar, e os interesses diferentes (complementares ou conflituais) dos presentes, dando-lhes protagonismo direto na reorientação de algumas das atividades sucessivas.

### *Objetivos*

Valorizar os conhecimentos dos participantes sobre os territórios comunitários, promover a interação entre as e os participantes, e ter elementos para complementar as atividades previstas com algumas novas que possam melhor responder aos anseios e interesses das e dos participantes.

### *Desenvolvimento*

Para o início da escola, as e os jovens participantes devem preparar um trabalho prévio sobre o território comunitário de origem e os seus recursos comuns, e comunicar de que forma se relacionam com o território, e quais as suas motivações e expectativas. As dinâmicas das apresentações dos diferentes trabalhos são uma ocasião para abrir debates, iniciar reflexões e promover as relações entre os participantes. Esta atividade permite aos organizadores familiarizarem-se com os termos dos participantes, para eventualmente adequarem o seu próprio vocabulário e algumas atividades da Escola Comunitária.

A sessão pode ser acompanhada de materiais audiovisuais, caso existam, sobre os recursos comuns governados pela comunidade local.

Se necessário, pode ser construído um painel com o vocabulário básico com os conceitos centrais da Escola Comunitária que surjam em cada sessão.

*Duração*

Aprox. 4 horas

*Material necessário*

Equipamento técnico, projetor vídeo, computador.

Cadernos

**Sessão 2. Os recursos comuns e a sua governação**

*Introdução*

Nesta sessão os participantes serão introduzidos aos i) recursos comuns, suas características, formas de utilização, desafios e ameaças e ii) as instituições e formas de governo dos recursos comuns. Trata-se de facultar aos participantes conhecimentos básicos para compreender o contexto do território onde se desenvolve a Escola Comunitária.

*Objetivo*

Conhecer os recursos comuns da área comunitária e as instituições para o seu governo.

Compreender as dinâmicas internas, as problemáticas e os desafios da realidade comunitária, e as suas relações com o mundo circundante (instituições, tecido produtivo etc.).

*Desenvolvimento*

Esta sessão pode começar com uma oficina na qual se explicam as características do território comunitário onde se localiza a Escola Comunitária, os recursos comuns e as suas formas de utilização, e as instituições envolvidas na sua governação. Pode ser apresentado o enquadramento legislativo da governação comunitária e a relação da comunidade local com as administrações públicas do Estado. Esta sessão pode desenvolver-se com a participação de representantes ou membros envolvidos na administração do território, através duma tertúlia com os participantes.

Outra abordagem possível é estabelecer uma conversa com os membros mais antigos da comunidade local, detentores da história oral e da memória do território, que narrem a importância das terras comuns e dos seus recursos no passado, e as mudanças em relação aos tempos atuais. Em alternativa, as e os jovens participantes podem realizar um trabalho de pesquisa, e depois fazer uma apresentação em comum das informações recolhidas.

*Duração*

Aprox. 4 horas

*Material necessário*

Equipamento técnico, projetor vídeo, computador.

Câmara fotográfica/de filmagens, gravadores

### **Sessão 3. Visita ao território**

#### *Introdução*

Um dos aspetos principais da Escola Comunitária deve ser dar a conhecer a área governada pela comunidade local, para que os participantes conheçam os recursos comuns, as suas características, o seu potencial económico e valor ambiental e social, e que iniciativas comunitárias estão em curso.

#### *Objetivo*

Conhecer os aproveitamentos que se realizam na área comunitária.

Conhecer as orientações estratégicas principais dos territórios comunitários para a gestão e governação dos recursos comuns.

#### *Desenvolvimento*

Nesta sessão deve-se programar uma visita à área comunitária, sendo possivelmente acompanhados pelas pessoas que gerem os recursos comuns. Durante a visita, os responsáveis explicarão as formas de gestão, as características do território, as rotinas diárias e os trabalhos em curso para a sua conservação, aproveitamento e recuperação.

Pode ser organizado um almoço convívio entre os participantes e os gestores no local.

#### *Duração*

Um dia

#### *Material necessário*

Disponibilidade de transporte

Câmara fotográfica e gravadores

Cadernetas de notas

24

### **Sessão 4. A importância dos recursos comuns para a revitalização rural do território**

#### *Introdução*

Nesta sessão se trata de mostrar a importância dos recursos comuns para o contexto rural atual, e que papel pode jogar a governação comunitária para responder às problemáticas das áreas rurais como o despovoamento e envelhecimento da população. Também é importante aprofundar o papel que a juventude pode ter na reversão destes processos.

#### *Objetivo*

Valorizar o potencial das áreas comunitárias na dinamização do território rural.

Promover a participação da juventude na gestão das áreas comunitárias.

#### *Desenvolvimento*

Para esta sessão, propõe-se organizar um encontro com investigadores e membros da administração dos territórios comunitários para compreender a realidade comunitária no contexto das políticas rurais agroflorestais desenvolvidas pelas diversas administrações nacionais e europeias.

*Duração*

Aprox. 4 horas

*Material necessário*

Equipamento técnico, projetor vídeo, computador

**Sessão 5. Quem usufrui dos recursos comuns?**

*Introdução*

Para esta sessão propõe-se um encontro com pessoas que usufruam dos recursos comuns. Trata-se de mostrar aos participantes a importância dos recursos comuns para o desenvolvimento das áreas rurais, e dar resposta a questões como: Quem usufrui dos recursos comuns? De que formas? Os recursos comuns sustentam empregos locais de forma direta, apoiam empresas familiares ou permitem atividades industriais? Que benefícios trazem os recursos comuns à população local e à sociedade, além das atividades económicas?

*Objetivo*

Conhecer os modos de utilização dos recursos comuns do território.

Valorizar o potencial das áreas comunitárias na dinamização do território rural.

25

*Desenvolvimento*

Para esta sessão propomos um encontro entre os participantes e diversos utilizadores dos recursos comuns (produtores de mel, cogumelos, madeira e outros...). O encontro pode-se desenvolver mediante visitas a instalações produtivas ou mediante o formato de tertúlia, dependendo do contexto.

*Duração*

Aprox. 4 horas

*Material necessário*

Disponibilidade de transporte

Equipamento técnico, projetor vídeo, computador

**Sessão 6. Aprendendo a gerir**

*Introdução*

Mostrar os desafios que a gestão comunitária enfrenta no dia a dia, as divergências de interesses e/ou incompatibilidades de usos relevantes para a gestão dos recursos comuns.

*Objetivo*

Facilitar a aprendizagem prática dos desafios da gestão de áreas comunitárias.

Promover práticas de gestão participativas e democráticas.

*Desenvolvimento*

A atividade proposta constrói-se sobre a simulação de situações reais na gestão dos recursos comuns através de jogos. Os participantes podem ser colocados perante um desafio que a comunidade local enfrenta, por exemplo uma decisão sobre a gestão

de uma parcela da área comunitária, aberta a vários desfechos possíveis mediante as opções de gestão.

Por exemplo, para um jogo de papéis, podem ser indicados diversos agentes implicados na gestão, tais como diferentes grupos de utilizadores, representantes da administração comunitária e da administração pública, ambientalistas e ativistas sociais.

Os participantes podem ser distribuídos por grupos com um papel designado, providenciando informações relacionadas com as opções possíveis, permitindo a cada grupo num tempo determinado preparar a sua posição e depois realizar uma apresentação em comum para o debate das diferentes posições.

*Duração*

Aprox. 4 horas

*Material necessário*

Equipamento técnico, projetor vídeo, computador, papeis, canetas e cartolinas para os grupos de jogadores

**Sessão 7. Partilhar as aprendizagens com a comunidade local**

*Introdução*

A governação comunitária assenta na utilização de recursos comuns por uma comunidade, e na existência de vínculos e relações de pertença ao lugar. Fortalecer a vinculação das pessoas ao território é de importância crucial para que exista uma boa gestão dos recursos comuns.

*Objetivo*

Dar visibilidade aos resultados atingidos durante a Escola Comunitária.

Promover a valorização das áreas comunitárias na sociedade.

Fortalecer a autoestima da comunidade local perante o seu esforço para manter os territórios comunitários vivos.

*Desenvolvimento*

Propõe-se um seminário aberto à comunidade, um espaço de convívio, de troca de experiências, onde as e os jovens participantes possam transmitir o que aprenderam na Escola através de apresentações, ou de pequenos vídeos das sessões realizadas. Os participantes tratarão de apresentar algumas das suas reflexões sobre as experiências que tiveram na Escola Comunitária, identificando – se for possível – desafios e propostas de futuro.

Devem ser preparados materiais para a divulgação do seminário na comunidade que facilite a participação dum público diverso.

O seminário pode ter momentos de convívio informal, propiciados pela partilha de comida e de música.

*Duração*

4 horas

*Material necessário*

Equipamento técnico, projetor vídeo, computador, caixas de som, eventual mesa com comidas e bebidas locais

Para a avaliação da escola, propomos a observação continuada do processo de aprendizagem, complementada por questionários realizados pelos participantes e pessoas envolvidas na Escola Comunitária, para pensar nos aspetos que podem ser melhorados no futuro, tais como:

- Grau de cumprimento do programa;
- Análise da adequação dos conteúdos e das atividades;
- Interesse dos participantes nas atividades.

## OBSERVAÇÕES E PRINCIPAIS REFLEXÕES DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

---

Tendo em conta que as duas Escolas Comunitárias proporcionaram aos participantes uma imersão intensa e complexa em temas relacionados com os territórios comunitários ao longo de 18 dias consecutivos, a recolha de observações foi contínua por parte da equipa de investigadores e observadores participantes constituída por estudantes de doutoramento de ambos os sexos. Estas observações foram complementadas pela participante italiana e sistematizadas na sua tese de mestrado (Quartieri, 2018). A recolha de informação foi complementada com a avaliação dos participantes expressa através dum questionário, com o retorno que estes deram pessoalmente aos organizadores, oral e escrito, e com os materiais que eles próprios tornaram públicos, como os vídeos no Facebook e comunicações aos media<sup>6</sup>. Foi também complementada com as observações de diversas pessoas relacionadas com os territórios comunitários que colaboraram e participaram nas atividades das Escolas Comunitárias.

27

## POSSÍVEIS PERFIS DE JOVENS COM INTERESSE NAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

---

Recebemos cerca de 40 candidaturas de jovens interessados nas Escolas Comunitárias. Alguns não se qualificavam para poderem participar, por:

- i) terem mais de 30 anos. Tratam-se de jovens que regressaram ou migraram para ambientes rurais e pretendiam envolver-se com a revitalização dos territórios;
- ii) não terem qualquer relação com territórios comunitários nos lugares urbanos onde vivem, mas com interesse alargado no tema dos comuns, da vida no campo e na governação comunitária;
- iii) serem emigrantes ou descendentes interessados nos territórios rurais originários das suas famílias e antepassados.

6 Tamara García Rodríguez: “Coa falta de oportunidades laborais é unha pena que o monte non se aproveite” <http://www.farodevigo.es/portada-deza-tabeiros-montes/2017/08/31/tamara-garcia-rodriguez-coa-falta/1741869.html>

El guitiricense Bruno Pena, em um projeto sobre monte comunal. El Progreso de Lugo (02-09-2017)

As e os jovens que se qualificavam para poderem participar foram:

- i) trabalhadores assalariados de territórios comunitários;
- ii) jovens de famílias diretamente envolvidas na governação de territórios comunitários;
- iii) jovens com direitos de uso, fruição e administração de territórios comunitários, mesmo sem conhecimento das formas de governação comunitária, com perfil de empreendedores, técnicos, ativistas políticos e/ou praticantes de atividades ao ar livre.

Tendo em conta que o principal objetivo das Escolas Comunitárias era o de estimular o interesse de jovens nos territórios comunitários, procuramos formas de incluir alguns dos jovens que não se qualificavam para participar nas atividades das Escolas Comunitárias. Alguns dos jovens de mais de 30 anos participaram nas visitas interpretativas, tertúlias e seminários, e abrimos as Escolas Comunitárias à participação de jovens que, apesar de não pertencerem atualmente a territórios comunitários, mantinham com eles vínculos familiares, estavam fortemente interessados em contribuir para o seu desenvolvimento através de trabalhos audiovisuais e/ou académicos, ou pretendiam explorar a possibilidade de terras de uso comum em espaços urbanos.

Em relação aos públicos-alvo que tinham sido definidos inicialmente, acabaram inadvertidamente por ficar excluídos vários jovens rurais que desempenham atividades agro-silvo-pastoris. De facto, apesar de todos os esforços de administradores de territórios comunitários para incentivar à participação de jovens dos seus lugares de origem, o Verão resultou ser uma estação repleta de atividades no campo, ou a oportunidade de conseguir empregos sazonais e de trazer remuneração extra para o agregado familiar. Os que conseguiram participar, tiveram que tirar férias oficialmente dos seus trabalhos, para poder estar nas escolas, assim comprovando o seu alto nível de interesse para o evento.

## RECEÇÃO DO FORMATO E DO PROGRAMA

As Escolas Comunitárias abertas a jovens de ambos os sexos interessados nos territórios comunitários proporcionaram o encontro de jovens da Galiza, Portugal e Itália com perfis e trajetórias de vida distintas, o contato direto com pessoas e experiências relacionadas com territórios comunitários, com investigadores académicos e com ativistas sociais, que dificilmente ocorreria doutra forma.

O formato de escola de verão, por ter lugar no período de férias, proporcionou às e aos jovens a possibilidade de escapar às suas rotinas diárias, e tornou-os dispostos a conhecer novas pessoas, realidades e temas.

A comunicação entre os participantes, falantes de galego e português, ocorreu sem grandes dificuldades e a maioria dos desafios foram ultrapassados através de jogos linguísticos informais, ou - se necessário - em privado, fazendo recurso a vocabulário em castelhano. A comunicação com a única jovem italiana ocorreu principalmente em castelhano, e a presença da observadora participante italiana com funções de tradutora foi importante não só para facilitar a comunicação, mas também para permitir a possibilidade de a participante italiana comunicar ideias e conceitos que só poderiam ser compreendidos por quem comparte afinidades culturais.

Todas e todos os jovens tinham smartphones e resultaram ser utilizadores de tecnologias digitais, o que facilitou a adesão à página COMUNIX no Facebook e à criação de um grupo de conversa na aplicação Whatsapp. Estas ferramentas – que eles mesmos decidiram ativar – permitiram a comunicação instantânea com todos os participantes, assim como de responder rapidamente a pequenas alterações ao programa, por exemplo de horários ou locais de encontro (Barbosa, 2018). Também proporcionaram um papel ativo dos participantes na publicação das atividades diárias das Escolas Comunitárias. O uso dos dois instrumentos foi complementar, dado que os próprios participantes escolheram quais imagens e informações das atividades de cada dia deveriam ser partilhadas com utilizadores externos ou ficar a disposição apenas dentro do grupo.

As apresentações dos participantes sobre a sua relação com os territórios comunitários foram fundamentais para preparar as e os jovens para as Escolas Comunitárias, principalmente no caso das e dos participantes que descobriram a existência de territórios comunitários apenas através do COMUNIX. Antes de ingressarem nas Escolas, estes jovens iniciaram um processo de investigação sobre os territórios comunitários relacionados com a sua história familiar, apoiado pelas entidades parceiras que proporcionaram acesso a documentos históricos sobre a existência de territórios comunitários nas suas localidades e as suas formas de governação<sup>7</sup>. Neste processo de investigação contactaram com diversos atores locais, como juntas de freguesia, camaras municipais, associações florestais e de conservação de natureza, e administradores de territórios comunitários, além de membros de diversas gerações das suas famílias.

29

O programa diversificado permitiu introduzir as e os jovens de forma gradual à complexidade crescente da governação dos territórios comunitários, abordando temas como o conhecimento da biodiversidade e a gestão de recursos naturais, assim como as economias familiares, sociais e solidárias, os processos de cooperação e de tomada de decisão coletiva, passando pelo estabelecimento de normas e leis, temas de justiça ambiental e social, além de proporcionarem o contato direto com especialistas capazes de os apoiarem na progressão dos seus interesses.

Naturalmente, as e os jovens demonstraram interesses e afinidades distintas com o programa, tendo em conta os seus perfis heterogéneos. Como tendência geral, as e os jovens oriundos de territórios comunitários identificaram-se e valorizaram mais o conhecimento e trabalho diário dos agentes locais para preservar os territórios. Por outro lado, as e os jovens com perfil mais ativista e académico, interessados em questões de justiça social e processos de construção de identidade e autonomia coletiva, priorizaram as questões legais e políticas suscitadas pela governação comunitária. Todas e todos os jovens se interessaram de igual forma sobre as questões ambientais e as possibilidades de empregos gerados pelos territórios comunitários.

O contato com diferentes modelos de governação comunitária levou muitos dos e das participantes a posicionarem-se perante os casos com que contactaram, e abriu espaço para perguntas e indagações enriquecedoras. Os e as participantes puderam descobrir gradualmente as semelhanças e diferenças entre a governação dos montes vecinais em man común e os baldios, e a diversidade dos seus modos de aproveitamento, uns mais orientados para a conservação do ambiente e cultura (como a recuperação de florestas e de património arqueológico), e para a proteção contra riscos territoriais (como a prevenção e combate a incêndios), e outros mais produtivos, geradores de economias sociais e solidárias através do apoio financeiro a associações e instituições locais públicas e privadas, ou do aprovei-

---

7 No caso de Portugal, destaca-se o “Reconhecimento dos Baldios do Continente” pela Junta de Colonização Interna (1938), e os dados fornecidos sobre os baldios pelo ICNF.

tamento direto dos recursos por empresas familiares locais ou por indústrias.

A exposição à complexidade das experiências reais tornou indissociáveis os aspetos técnicos de gestão de recursos naturais dos aspetos políticos e sociais, como por exemplo quem tem acesso à utilização, rendimentos e benefícios resultantes dos recursos comuns, quem é excluído do seu uso, fruição e da participação na tomada de decisões, que conhecimentos são mais valorizados para as intervenções no território – profissionais e/ou membros das comunidades locais -, que ações são executadas e que ações são adiadas, negligenciadas ou impedidas.

As e os participantes refletiram em varias ocasiões sobre como as normas sociais têm raízes culturais e identitárias que se podem revelar em incomensurabilidades, como a provisão de serviços públicos por parte das comunidades locais à sociedade, que podem ser considerados por uns como um dever, e por outros serem consideradas alvo de retribuição económica. A relação das comunidades locais com agentes externos, entre os quais as indústrias e o estado-nação, foram alvo de discussão, em particular respeitante à compensação de danos ambientais, atividades poluentes de indústrias extrativas, e em relação à participação e autonomia das comunidades locais perante as tomadas de decisão dos estados-nação a nível central, especialmente no caso de megaprojetos.

O papel do conhecimento e dos técnicos na transformação das relações de poder dentro das comunidades locais emergiu gradualmente ao longo das Escolas Comunitárias. Varias vezes foi dito que a obtenção de formação por parte das e dos jovens que saem das comunidades locais pode ser emancipatória, especialmente para as mulheres que são frequentemente excluídas dos processos de participação por normas e práticas culturais que as discriminam ou que as prendem a rotinas domésticas e de cuidado de filhos menores e familiares, e vinculativa, nos casos em que motiva as e os jovens a regressar para transformar os seus territórios de origem. Por outro lado, como se percebeu claramente nas discussões entre participantes, pode passar frequentemente que as e os jovens que permanecem na comunidade local sem ter adequada formação sentam a sua posição e participação desvalorizadas em relação à das e dos jovens com conhecimentos superiores que migraram para as cidades.

Os participantes demonstraram, e puderam explorar, os seus interesses diversos através das conversas informais e das oportunidades de convívio com os membros das comunidades visitadas, peritos baseados em conhecimentos técnicos e na experiência, investigadores convidados e ativistas sociais. A roda de conversa diária foi o espaço coletivo que permitiu a sociabilização e negociação das distintas posições e a difusão de algumas informações recolhidas em momentos onde nem todo o grupo era presente. Nestes espaços, as e os participantes puderam experimentar simultaneamente as dificuldades de governar os comuns mediante condições estruturais que geram constantemente desigualdades e formas de injustiça social e ambiental, e a necessidade imperativa de construir em comum respostas para os desafios que as e os jovens e os territórios enfrentam. O contato com iniciativas de ação coletiva bem-sucedidas, mas também com as consequências do seu fracasso, revelou que a governação comunitária não é uma inevitabilidade histórica nem uma certeza, mas sim o resultado de lutas diárias que podem falhar por razões internas e externas.

Nas avaliações finais, muitos e muitas participantes revelaram como o contato com outras formas de ser, de pensar, de estar e de fazer demonstrou de poder abrir novas possibilidades e pode desestabilizar hábitos, práticas sociais e valores que as e os jovens consideravam previamente estabilizados, despertando o espírito crítico. Também foi possível reconhecer como esta abertura gradual causa, compreensivelmente, alguma ansiedade e

frustração, por se tratarem de situações novas com os quais as e os jovens nunca foram confrontados, e por isso não sabem como responder. O contato com temas problemáticos como a extinção de biodiversidade e de culturas humanas inevitavelmente mostrou de causar também sentimentos de perda (conforme comprovado nas reflexões de Kool & Kelsey, 2006). Por estas razões, as participantes e os participantes que mostraram de estar mais confortáveis com o formato da escola de Verão foram os de perfil mais ativista, técnico e/ou acadêmico, com acesso a educação superior, previamente familiarizados com as questões políticas da governação através do seu envolvimento com partidos políticos e movimentos sociais, e dispostos a participar na revitalização dos seus territórios de origem. No entanto, no geral todos os e as participantes fizeram uma valorização muito positiva da experiência.

O impacto nas e nos jovens das atividades propiciadas ultrapassou a duração da escola de verão, sendo visível a construção duradoura de laços entre os participantes, que foi facilitada pelas tecnologias digitais e redes sociais, e da criação dum grupo fechado no Facebook dedicado à Escola COMUNIX. A impressão que se recebe ao ver os “post” desta pagina é que o projeto e a escola funcionaram como ativadores de uma comunidade mais ampla que vai bem além da duração e das atividades do projeto, constituindo uma “comunidade de afinidade de interesse” com elevadas potencialidades de enraizamento. Na comunidade passaram informações sobre outros eventos ligados aos temas dos territórios comunitários e dos bens comuns que foram acontecendo em vários países, e dos quais alguns e algumas das alunas participaram o recolheram materiais para partilhar.

31

As Escolas Comunitárias também tiveram um impacto visível naqueles que colaboraram connosco na organização. Nas comunicações aos media, foi visível o papel das Escolas Comunitárias para a autoestima e reconhecimento das pessoas envolvidas na revitalização dos territórios comunitários. As Escolas Comunitárias promoveram também o encontro de organizações locais e internacionais facilitando colaborações e redes relacionadas com a promoção de territórios comunitários na Europa. Portanto elas contribuíram a reforçar redes existentes e a criar novos laços de curta e larga distancia.

Os efeitos transformadores das Escolas Comunitárias estão em aberto e só poderão ser entendidos a longo prazo. Um indicador que muito nos apraz é que as e os jovens que participaram nas Escolas Comunitárias continuam a acompanhar as atividades dos territórios comunitários e estão a participar nos estudos que vem sendo propiciados pelas organizações promotoras do projeto, assim como na recuperação e promoção de montes veciñais en man común, baldios e partecipanze agrarie.

## LIÇÕES APRENDIDAS PARA UMA ESCOLA COMUNITÁRIA EUROPEIA

Num contexto internacional multilateral, sumariamos cinco lições aprendidas com as Escolas Comunitárias e que são essenciais para a construção de uma escola comunitária europeia:

- Promover a baldeania europeia;

- Equilibrar a rotina e o lazer<sup>8</sup>;
- Desenvolver práticas internas;
- Procurar responder aos desafios locais das terras comuns;
- Encontrar novamente o caminho de casa.

### **1. Promover a baldeania europeia**

A dimensão internacional das Escolas Comunitárias, com a participação de jovens oriundos de diferentes experiências com terras comuns a nível das suas localidades, revelou que apesar da diversidade de instituições, usos e formas de governo existentes - estas compartilham o problema da desvinculação e falta de participação das e dos jovens, assim como a existência de oportunidades para ancorar o seu retorno ao desenvolvimento de atividades inovadoras nos diversos territórios. A consciencialização de que o distanciamento das jovens gerações dos seus territórios comunitários de origem constitui um problema internacional com causas globais é essencial para reenquadrar o sucesso, e também o falhanço, de iniciativas locais, e a construção de laços de solidariedade - em vez de competição - entre comunidades distintas. Este aspeto é crítico para ultrapassar problemas de arrogância cultural relativa a diferentes modelos de gestão e governação, e abraçar a diversidade europeia como forma de imaginar novas possibilidades. Para que isto possa ter lugar, uma “baldeania” europeia de “compartes”<sup>9</sup> tem de estar em linha com uma alter-globalização, onde ao invés de subalternizar todas as diferenças a uma forma globalizada de ser, procura-se reconhecer o valor de experiências locais, culturas e linguagens através do seu encontro. Neste sentido, é importante não pressupor antecipadamente quais são as semelhanças e as diferenças que compartilham as formas de governação comunitária de diversos lugares, mas deixar que se revelem ao longo de um processo de descoberta mútua.

32

### **2. Equilibrar a rotina e o lazer**

As Escolas Comunitárias ocorreram durante as férias do Verão. Proporcionaram, portanto, uma oportunidade às e aos jovens de escapar às suas rotinas diárias, satisfazendo a necessidade de conhecer novas realidades e contactar com pessoas e experiências diversas. Inadvertidamente, essa localização temporal poderá ter excluído da participação jovens rurais que não têm férias no Verão, devido a esta época sazonal estar repleta de trabalhos agrícolas e florestais, e ser uma oportunidade para empregos temporários capazes de proporcionar rendimentos. A forte componente de atividades ao ar livre e visitas de campo incluídas no Programa de Atividades providencia um bom ambiente para a aprendizagem informal através do contacto direto com experiências culturais e produtivas. No entanto, este aspeto tem de ser equilibrado com a necessidade de responder aos desafios que surgem da participação ativa na governação dos territórios comunitários. Uma possibilidade é proporcionar mais oportunidades para as e os jovens elaborarem e apresentarem propostas para resolver desafios das comunidades que os recebem, por exemplo na recuperação, proteção e promoção dos recursos comunitários.

---

8 Este termo é um neologismo que pretende traduzir para o contexto português o conceito de commonship - a relação de pertença a uma terra comum, adequado às instituições locais, que no caso de Portugal são os baldios. Cada lugar desenvolveu historicamente instituições para governar as terras em comum, e por isso tem o seu próprio léxico para designar a relação entre os membros duma comunidade que compartilham direitos consuetudinários, baseados nos usos e costumes. Esta relação difere da cidadania, pois o centro da relação não é entre o indivíduo e o Estado, mas sim entre o indivíduo e a sua comunidade de pertença local.

9 Comparte é o indivíduo que integra um baldio em Portugal.

### 3. *Desenvolver práticas internas*

A logística de uma Escola Comunitária pode ser extremamente exigente e tem de ser aligeirada para permitir a sua replicação ao nível local. Os participantes têm de estar envolvidos nas tarefas organizativas de forma a cultivar responsabilidades para o bem-estar coletivo. As tarefas organizativas podem estar diretamente relacionadas com aspetos da governação, processos democráticos de tomada de decisão e formas de participação ligadas com os modos comunitários de organização.

### 4. *Procurar responder aos desafios locais das terras comuns*

As experiências de aprendizagem dos participantes podem ser aprofundadas ao desafiá-los para responder a dilemas que as terras comuns enfrentam. Nesta forma, as terras comuns podem ser mais do que um palco para atividades e disfrute ao ar livre, e podem vir a beneficiar da criatividade dum grupo diverso de jovens visitantes. Por sua vez, as e os jovens podem ter a oportunidade de receber retorno dos membros da comunidade local, técnicos e profissionais, para testarem, contrastarem e enriquecerem as suas ideias com conhecimento baseado na experiência.

### 5. *Encontrar novamente o caminho de casa*

A Escola Comunitária é um ponto de encontro internacional para jovens de diversas origens com terras comunitárias, ou interessados no tópico da governação comunitária. No entanto, a Escola Comunitária precisa de ser ancorada localmente, mantendo relação com uma rede internacional de recursos. As e os jovens participantes podem ter dificuldades quando regressam a casa, especialmente quando não têm uma comunidade plenamente organizada capaz de os integrar, e se encontram capturados por interesses contrários ao bem comum, abusando e esgotando os recursos locais. Proporcionar o envolvimento das e dos jovens a outras escalas pode ser uma forma de alimentar a energia e motivação dos participantes em redes que procuram promover mudanças sociais para recuperar os comuns.

33

## PERSPETIVAS DE FUTURO

---

As Escolas Comunitárias COMUNIX demonstraram ter potencial para despertar nas e nos jovens o interesse na governação dos territórios comunitários, aliando o conhecimento sobre a biodiversidade e recursos naturais às questões do seu governo, tornando visível a importância fundamental das comunidades locais e do envolvimento e participação ativa de jovens nos processos de tomada de decisão.

O formato de escola de verão, com um programa diversificado e aberto a um público heterogéneo, permitiu trocas de experiências e aprendizagens mútuas, mas também abrir caminho para outros formatos que podem ser complementares e responder a públicos jovens com perfis distintos.

Maioritariamente, as e os jovens participantes com perfil ativista-académico demonstraram interesse nos dilemas dos comuns e na procura de soluções sociotécnicas para problemas complexos onde os modelos de governação e organização social são tornados explícitos. O formato de curso de pós-graduação intensivo parece ser um modelo adequa-

do para que estes jovens possam prosseguir os seus percursos académicos centrados no tema dos territórios comunitários, fortalecendo o seu papel de investigadores implicados com a transformação social. Por esta razão seria sempre bem ter um conjunto de perfis diferenciado dos participantes, que incluía também esta tipologia de atores.

Por contra, o formato de escola de verão resultou menos adequado para responder às necessidades das e dos jovens rurais que permanecem nos seus territórios de origem, tendo em conta que o verão é um período de grande atividade nas áreas rurais. Um possível formato a explorar é o de escolas rurais de inverno, um espaço de encontro onde possam trocar experiências e aprofundar temas com foco em práticas sociais.

Para as e os jovens que pretendem fazer férias ativas e que procuram essencialmente o convívio com os pares e atividades ao ar livre, o formato de campo de férias poderá ser mais adequado. Para as e os jovens que pretendem envolver-se com os territórios rurais através do voluntariado, os formatos de campos de trabalho ou acolhimento de voluntários pode conferir uma excelente oportunidade de contactar com territórios comunitários e contribuir para a sua preservação e recuperação.

As Escolas Comunitárias demonstraram a necessidade de responder a um público mais alargado em termos de idades. Em Portugal, o conceito de jovens agricultores abrange jovens dos 18 até aos 40 anos, que está em linha com as trajetórias de vida que observamos nas e nos jovens que permanecem e que regressam aos territórios rurais após terem migrado para as cidades. Por outro lado, tendo em conta a multidisciplinaridade inerente ao programa das Escolas Comunitárias, que aborda temas relacionados com o ambiente, as florestas e a cidadania, também tem potencial para ser articulado com o programa formal do ensino secundário explorando as sessões num formato não intensivo.

34

A dimensão internacional das Escolas Comunitárias e troca de experiências, além de poder ser assegurada pela participação de jovens de diferentes nacionalidades e pela itinerância, pode ser assegurada através de outros formatos. Uma possibilidade são intercâmbios de pequenos grupos de jovens recebidos por territórios comunitários.

As Escolas Comunitárias podem ter múltiplos formatos e tipologias adequadas a diferentes públicos-alvo e capacidades de organização a nível local. No entanto, terão sempre de permitir a exploração de temas da governação comunitária, como a tomada coletiva de decisões coletivas sobre a utilização, fruição e administração de recursos naturais que alia a participação da comunidade ao cuidado dos recursos, característica singular destes territórios, e deverão sempre ocorrer em colaboração com as comunidades locais que os governam.

---

## REFERÊNCIAS

---

Barbosa, S. 2018. The COMUNIX Whatsappers in times of Globalization. World Congress 2018, Paris, France.

Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y. 2009. Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy. MIT press.

Copena, D., Xavier, S., Neira, D.P. 2016. O aproveitamento do recurso micoloxico como oportunidade de desenvolvimento rural nos montes veciñais de Galiza. In Construindo Coñecemento Agroecoloxico. Cambiando os modelos de consumo para construír sistemas agroalimentarios sustentables. Eds: Xavier Simón Fernández, Damián Copena Rodríguez, David Pérez Neira. Grupo de investigación en Economía Ecolóxica, Agroecoloxía e Historia, Vigo. [http://economiaecoloxica.webs.uvigo.es/docs/publicacions/capitulo\\_aproveitamentos\\_micoloxicos\\_montes\\_veciniais\\_2016.pdf](http://economiaecoloxica.webs.uvigo.es/docs/publicacions/capitulo_aproveitamentos_micoloxicos_montes_veciniais_2016.pdf)

Dietz, T., Ostrom, E., Stern, P.C. 2003. The struggle to govern the commons. science, 302(5652), 1907-1912.

Dinis, I., Malta, M. 2003. Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território. Portugal Chão, Celta editora, Oeiras.

Duxbury, N., Campbell, H., & Keurvorst, E. (2011). Developing and revitalizing rural communities through arts and culture. Small Cities Imprint, 3(1), 111-122.

Eurostat (2015). Glossary: Common Land. [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Common\\_land](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Common_land)

García-Barrios, R., Alavez-Vargas, M., Skulska, I. 2013. La Forestería Comunitaria: un espacio privilegiado para otra ecología de poderes y saberes. In Serra, R (Coord.) SCRAM - Crises, gestão de risco e novos arranjos sócio-ecológicos para florestas - Uma perspectiva dos estudos sobre ciência e tecnologia, Final Report, CES, Coimbra. [http://ces.uc.pt/temp/scram/SCRAM\\_RelatorioFinal.pdf](http://ces.uc.pt/temp/scram/SCRAM_RelatorioFinal.pdf)

García Barrios, R., Serra, R. (no prelo). El contrato social fáustico y la ética-ficción del capitalismo contemporáneo. In La devastación ambiental en México: contextos, problemas y conflictos. Co-edición Facultad Economía, UNAM - Editorial Itaca.

Graham, C. 2017. The High Costs of Being Poor in the Land of the Dream. Society, 54(6), 524-526. <https://link.springer.com/article/10.1007/s12115-017-0182-1>

Kool, R; Kelsey, E. 2006. Dealing with despair: The psychological implications of environmental issues. Innovative Approaches to Education for Sustainable Development, 193-202.

Laborda Pemán, M., De Moor, T. 2013. A tale of two commons. Some preliminary hypotheses on the long-term development of the commons in Western and Eastern Europe, 11th-19th centuries. International Journal of the Commons, 7(1), 7-33. DOI: <http://>

doi.org/10.18352/ijc.355

Lopes, J. & Cristovão, A. 2010. Restless rural spaces in the Iberian Peninsula - Montes Veciñais en Man Común in Galicia and Baldios in the north of Portugal. *Spanish Journal of Rural Development* 1, 96 - 136.

Max-Neef, M., Elizalde, A., Hopenhayn, M. 2010. *Desarrollo a escala humana -Opciones para el futuro*. Biblioteca CF+S, Madrid. <http://habitat.aq.upm.es/deh/>

McGrath, B. 2001. "A problem of resources": defining rural youth encounters in education, work & housing. *Journal of Rural Studies*, 17(4), 481-495.

Quartieri, S. 2018. Lo scenario europeo delle terre comuni: analisi del progetto "COMUNIX" sulla partecipazione attiva dei giovani nella gestione delle terre comunitarie. Tese de Mestrado, Università di Bologna, Bologna.

Sapolsky, R. M. 2017. *Behave: The biology of humans at our best and worst*. Penguin.

Serra, R.; Ferreira, P. 2017. *Governança comunitária de florestas para crianças: kit pedagógico*; CES Publications: Coimbra, Portugal. <http://ces.uc.pt/temp/scram/KitPedagogicoSCRAM.pdf>

Serra, R.; Ferreira, P.; Skulska, I.; Alavez-Vargas, M.; Salgado, A.; Nunes, J.A.; García-Barrios, R. 2016. Education for Sustainability in the Context of Community Forestry. In *Biodiversity and Education for Sustainable Development*; Castro, P., Azeiteiro, U.M., Bacelar-Nicolau, P., Leal Filho, W., Azul, A.M., Eds.; Springer: Switzerland; pp. 169-183. DOI 10.1007/978-3-319-32318-3\_11

Serra, R.; Rodrigues, E.; García-Barrios, R. 2017. Mushrooming Communities: A Field Guide to Mycology in the Community Forests of Portugal. *Sustainability*, 9, 924. <http://www.mdpi.com/2071-1050/9/6/924>

Serra, R. 2018. *Geração\_Z@baldios #florestascomunitáriasnaeuropa*. *Revista da Rede Rural Nacional* 6, 27. [http://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/Produtos\\_RRN/RevistaEmRede\\_6-final.pdf](http://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/Produtos_RRN/RevistaEmRede_6-final.pdf)

Taylor, P. J. 2010. *Unruly complexity: Ecology, interpretation, engagement*. University of Chicago Press.





Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Este trabalho contou com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC), no âmbito do Projeto Estratégico com referência UID/SOC/50012/2013.

ISBN: 978-989-8847-05-8